



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 7005/2025

Edital de pregão eletrônico visando ao registro de preços para a contratação de sinalização horizontal viária com material e mão de obra (pintura viária), conforme Termo de Referência e demais cláusulas desse Edital e Anexos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ESTRELA, no uso de suas atribuições, torna pública, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando o Registro de Preços acima mencionado, conforme descrito nesse edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 052, de 11 de março de 2024 e da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico a seguir:

<http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

A sessão dar-se-á no dia 06 de outubro de 2025, às 9h.

As propostas e os documentos poderão ser enviados até as **8h30** (30 minutos anteriores ao início da sessão), sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.



1. DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços visando à eventual contratação de empresa especializada para a execução dos serviços técnicos de sinalização horizontal viária no Município de Estrela/RS, com fornecimento de materiais certificados, mão de obra qualificada e equipamentos apropriados, compreendendo a aplicação de faixas de travessia de pedestres, linhas de bordo, legendas, setas direcionais, zebrações, retenções e demais dispositivos de orientação, advertência e regulamentação do tráfego urbano, conforme descrições e outras condições estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência**, a serem fornecidos conforme quantidades e qualidades estabelecidas a seguir:

LOTE ÚNICO						
Item	Código	Descrição do Serviço com o fornecimento do material	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	33022	Pintura termoplástica Hot-Spray, espessura de 1,5 mm. Faixas contínuas e descontínuas, eixo e bordos nas cores branca e amarela.	m ²	10.000	R\$ 64,91	R\$ 649.100,00
2	33023	Pintura termoplástica por extrusão, espessura de 3,0 mm. Legendas, faixas de pedestres, dizeres, retenções, setas e zebrações.	m ²	5.000	R\$ 120,40	R\$ 602.000,00
3	33024	Pintura com tinta demarcatória à base de solvente, espessura 0,6 mm. Aplicação mecânica com microesferas de vidro. Faixas contínuas e descontínuas, nas cores branca e amarela.	m ²	30.000	R\$ 34,20	R\$ 1.026.000,00
4	33193	Pintura com tinta demarcatória à base de solvente, espessura 0,6 mm. Aplicação manual com microesferas de vidro. Zebrações, setas e legendas, nas cores branca e amarela.	m ²	10.000	R\$ 42,77	R\$ 427.700,00
5	33025	Sinalização horizontal com plástico a frio bicomponente (Tipo IV), espessura de 1,5 mm a 3,0 mm. Aplicação manual, conforme NBR 15870:2016.	m ²	2.000	R\$ 201,75	R\$ 403.500,00



LOTE ÚNICO						
Item	Código	Descrição do Serviço com o fornecimento do material	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	33026	Sinalização horizontal com plástico a frio tricomponente (Tipo I), espessura de 0,6 mm a 1,2 mm. Aplicação mecânica, conforme NBR 15870:2016. Cores: vermelha, branca e/ou amarela.	m²	10.000	R\$ 121,60	R\$ 1.216.000,00
					Valor Global:	R\$ 4.324.300,00

1.2. o Lote é único e destinado à ampla concorrência.

1.3. Além das especificações elencadas no descritivo dos **itens 1.1.**, deverá o licitante observar as demais características técnicas estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital e seu anexo extra.

1.4. É facultado à Administração contratar as quantidades constantes no **item 1.1.** deste Edital;

1.5.1. Se contratadas, as quantidades serão fornecidas pela licitante vencedora mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste Edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas, documentos e seus lances, inclusive os atos praticados



diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.2.1. A qualquer momento, a licitante poderá ser convocada a manifestar-se durante a sessão, em havendo prejuízo para o julgamento da proposta e/ou dos documentos de habilitação, a falta de manifestação poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação de sua proposta;

2.3.3. Comunicar, imediatamente, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio;

2.3.6. O licitante que pretende usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 à 49 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar declaração de enquadramento como beneficiário em que conste expressamente que está excluído das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que no ano-calendário de realização dessa licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme **ANEXO III**.

2.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

2.4.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.2.1. Para fins de atendimento da Lei Orgânica, é vedado a vereador deste município firmar ou manter contrato com empresa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público da administração municipal (**ANEXO V**);

2.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

2.4.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

2.4.6. Pessoa física ou jurídica que incorra nas vedações do art.14 da Lei nº 14.133/21.

2.5. O impedimento de que trata o **item 2.4.1.**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, observando-se o **item 4.** abaixo referido, permitindo-se a retirada ou substituição destas até a abertura da sessão pública.



3.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados pelo licitante vencedor, exclusivamente por meio do sistema, após o encerramento da fase de lances, observando-se o **item 5.** deste Edital, no prazo de 2h (duas horas) a partir de sua solicitação, prorrogável a critério do pregoeiro/agente de contratação.

3.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitar-lhe-á às sanções legais:

3.3.1. Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade da informação prestada, na forma da lei;

3.3.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06 e que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.3.3.1 É responsabilidade exclusiva da licitante marcar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do Sistema, a condição de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de não usufruir dos benefícios previstos nesta Lei na etapa de lances. Caso a declaração seja apresentada posteriormente à fase de lances, os benefícios serão aplicados apenas a partir do momento de sua efetiva apresentação, não retroagindo aos atos processuais anteriores, inclusive aos lances já ofertados.

3.3.4. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.3.5. Que atende ao disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República.

3.4. Outras eventuais declarações ou documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro/agente de contratação,



deverão ser realizadas via sistema no prazo máximo de 02 (duas) horas, prorrogáveis a critério do pregoeiro/agente de contratação.

3.5. As empresas deverão fornecer as quantidades solicitadas pelo Município, devendo estipular em sua proposta de preços a quantidade total prevista no **item 1.1.** deste Edital.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando-se as diretrizes do **ANEXO I** – Termo de Referência, com a indicação do valor unitário, os custos de mão de obra/transporte, carga/descarga, bem como impostos e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. O valor máximo a ser pago pelo serviço (valor global) é o constante no **item 1** desse Edital.

4.4. O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.5. A licitante melhor colocada deverá apresentar a proposta reajustada ao lance, sob pena de desclassificação.

4.5.1. Em havendo necessidade de arredondamento de valores unitários do lote, na proposta ajustada ao lance, estes deverão ser efetuadas de forma a não majorar o valor global da proposta.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos, no prazo e na forma estabelecidos no **item 3.2** do edital, quando solicitados pelo pregoeiro/agente de contratação:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



5.1.1.2.1. O contrato social do ato constitutivo mencionado neste item deverá ser apresentado com todas as alterações, ou apresentada a consolidação.

5.1.1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (**Certidão Conjunta Negativa**);

5.1.2.3. prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

5.1.2.4. prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

5.1.2.5. **inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.1.2.6. prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.1.2.8. Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – (ANEXO II).

5.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1.5.1. Certidão negativa de **falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.5.1.1. No caso de a certidão não possuir data de validade, a sua data de expedição não poderá ser anterior a 90 dias da data de abertura da licitação.

5.1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



5.1.6.1. Certificado de Registro da empresa na entidade profissional competente, plenamente válido.

5.1.6.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional: apresentar profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, observado o disposto no §12 do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

5.1.6.2.1. O atestado apresentado deverá estar acompanhado da ART que lhe deu origem ou, alternativamente, poderá ser apresentado atestado registrado na entidade profissional competente.

5.1.6.2.2. O profissional indicado deverá comprovar vínculo com a licitante ou apresentar declaração de contratação futura, assinada pela empresa e pelo profissional indicado.

5.1.6.3. Apresentação de declaração de que a empresa possui de laudos técnicos conforme NBR 13.159:2021, emitidos por laboratório credenciado (ex: ABIPTI), com validade máxima de 180 dias.

5.1.6.4. Declaração de que possui certificados de vasos de pressão para tintas e termoplásticos, conforme NR-13, com anotação do responsável técnico.

5.1.7. Para as empresas cadastradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, nos termos do artigo 87 da Lei 14.133/2021.

5.1.7.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.1.7.2. Caso algum dos documentos obrigatórios exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro/agente de contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.



6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.2.1. A qualquer momento a licitante poderá ser convocada a se manifestar durante a Sessão. Em havendo prejuízo para o julgamento da proposta e/ou dos documentos de habilitação, a falta de manifestação poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação de sua proposta.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro/agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro/agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

7.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

7.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

7.2.4. Não tiverem sua exequibilidade e/ou conformidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

7.2.6. Não forem ajustadas ao lance, quando solicitado.

7.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.1. A não apresentação da proposta ajustada ao lance, quando solicitada, caracteriza a não manutenção da proposta por parte da licitante.



7.4 Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro/agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando-se o horário fixado para duração da etapa competitiva e as seguintes regras:

7.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7.4. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 1.000,00 (um real)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa **aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento estabelecido neste edital.



8.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.2.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.2.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.2.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

8.2.3.1. Na hipótese do reinício da Sessão referido, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.3. Encerrada a etapa de envio de lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro/agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro/agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a Sessão.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06;



9.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.2.1. A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

9.1.2.2. Se a beneficiária, convocada na forma do item anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, pela ordem de classificação, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no **item 9.1.2.1.** do edital.

9.1.3. O critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/06.

9.2. Se não houver o empate previsto no **item 9.1.** e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.2.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

9.2.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

9.3.2. Empresas brasileiras;

9.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;



9.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

9.4. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate mencionados, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas, a ser realizado em sessão pública.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro/agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, no prazo de 10 (dez) minutos.

10.2. O envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro/ agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no **item 3.4.** deste Edital.

10.2.1. Após a fase de lances, poderá ser solicitado ao licitante detentor da melhor proposta que demonstre o atendimento das características dos produtos ofertados às exigências do Edital;

10.2.1.1. A demonstração poderá ocorrer mediante apresentação de catálogos, *folders* ou outros que apresentem as informações necessárias para a referida demonstração, no prazo fixado no **item 3.4.** deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, certificando o atendimento do que foi proposto ao que foi solicitado em Edital e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que:

10.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

10.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

10.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.5.4. Não tiverem sua exequibilidade e/ou conformidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



10.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

10.5.6. Não forem ajustadas ao lance, quando solicitado;

10.5.6.1. A não apresentação da proposta ajustada ao lance, quando solicitada, caracteriza a não manutenção da proposta por parte da licitante.

10.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.8. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

10.9. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que trata o **item 5.** do Edital, enviados nos termos do **item 3.2.**, serão examinados pelo pregoeiro/agente de contratação e equipe de apoio, que verificarão a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.

11.1.1. A comprovação da condição de habilitação do licitante terá como base a data de abertura da sessão pública do certame.

11.1.2 Para licitantes beneficiárias da LC 123/06, os documentos elencados no **item 5.1.2.** emitidos após a abertura do certame, que comprovem sua habilitação na data em que for solicitado, serão considerados válidos para fins de habilitação, em vista do prazo garantido para regularização documental conforme a referida legislação.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação dos documentos elencados no **item 5.1.2.**, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove



a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.2.1. O prazo para a regularização referida terá início a contar da divulgação do julgamento da habilitação.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro/agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso aos demais participantes.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6.1. Não serão considerados “novos documentos”, para fins de julgamento da habilitação e/ou proposta, documentos que consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, bem como aqueles que estiverem ausentes ou que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, desde que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, devendo ser apresentados quando solicitados pelo pregoeiro/agente de contratação.

11.7. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

12.1.1. julgamento das propostas;

12.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

12.1.3. anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude de julgamento de propostas ou de julgamento de habilitação ou inabilitação, serão observadas as seguintes disposições:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio no sistema, em momento único, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, que iniciará a correr após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que trata o **item 11.2.1..**

13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preço no prazo de até 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido pela licitante, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.2 Para a assinatura da ata de registro de preço, a licitante deverá manter as condições de habilitação consignadas no edital.

14.3. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar a ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para assinar a ata, sem prejuízo da aplicação das sanções.

15. EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. O serviço licitado deverá ser fornecido em total consonância com as especificações descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** desse Edital e seu anexo.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a prestação do serviço devidamente atestado pelo responsável, e entrega da nota fiscal no setor de contabilidade.

16.1.1. Em caso do setor contábil verificar quaisquer divergências na Nota Fiscal apresentada, solicitará a sua substituição, correndo o prazo acima a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

16.2. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.

16.3. A nota Fiscal deverá ser emitida conforme o Protocolo ICMS nº. 42, de 03 de Julho de 2009, alterado pelo protocolo ICMS nº. 85, de 09 de julho de 2010.

16.4. A nota fiscal deverá ser faturada de acordo com a nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade do Município.

16.4.1. Em caso de dúvida quanto a emissão da nota fiscal, deverá ser contatado a Secretaria responsável.

16.5. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.



17. OBRIGAÇÕES

14.1. Da Administração

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora, de acordo com o Edital e anexos.

17.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço através de servidor designado

17.1.3. Efetuar o pagamento na forma e prazo convencionados neste instrumento;

17.1.4. Notificar a detentora sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, exigindo sua reparação/substituição.

17.1.5. Aplicar as sanções previstas nesse Edital, caso necessário.

17.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2. Da Detentora Da Ata

17.2.1. Efetuar a execução do serviço em total consonância com as especificações, prazo e locais descritos no **ANEXO I - Termo de Referência** desse Edital;

17.2.2. Responder pelos eventuais vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

17.2.3. Arcar com os tributos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre o objeto;

17.2.4. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da licitação.

17.2.6. Assumir todas as despesas necessárias para a execução do serviço nos locais indicados pela Secretaria Municipal.

17.2.7. Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta.

17.2.8. Refazer, no prazo de 03 (três) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos, quebras, vícios, adulterações ou incorreções.



17.2.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, inc. II, da Lei 14.133/21 e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados.

17.2.10. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Município, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o Município autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a empresa das sanções previstas no Contrato, Edital e seus anexos, até a completa indenização dos danos.

18. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação dos quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

18.1.1. Em caso de prorrogação o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.

18.2. Durante o prazo de validade da ata inexistirá obrigatoriedade, por parte da Administração Municipal, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

18.3. Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo registro o direito de cancelar a ata na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (NOTA DE EMPENHO)

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitido instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho).



19.2. O adjudicatário será informado da instrumentalização da ata de registro de preços e, posteriormente, acerca da emissão do instrumento equivalente a indicar a necessidade de compra pela Administração.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida às disposições da legislação pertinente;

19.3.2. A detentora da ata vincula-se a sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos.

20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PROCEDIMENTO

20.1. A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

20.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores de serviço.

20.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

20.1.2.1. Convocar o licitante vencedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

20.1.2.2. Frustrada a negociação, o licitante será liberado do compromisso assumido; e

20.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.



20.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

20.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

20.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

20.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.2. O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.3. O licitante detentor da ata de registro de preços poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes da seguinte forma:

20.3.1. Via protocolo, realizar solicitação formal de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Órgão Gestor do Registro de Preços, onde demonstre as perdas por meio de planilhas de composição de custos, elaboradas quando da contratação e de aquisições atuais;

20.3.2. Anexar à solicitação notas fiscais comprobatórias do aumento de preços de materiais, insumos ou mão de obra, em nome e CNPJ da empresa efetivamente detentora da ata de registro de preços, além de outros documentos comprobatórios que se fizerem necessários, demonstrando de forma objetiva e explícita o desequilíbrio contratual da empresa contratada, restando comprovada a imprevisibilidade da alteração dos custos.

20.4. A recomposição de preços será realizada com base nos percentuais de aumento/redução dos custos, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do detentor da ata e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento do objeto.

20.5. O Órgão Gestor do Registro de Preços poderá recusar a recomposição de preços nos casos de:



20.5.1. Ausência de quaisquer documentos e comprovantes anteriormente elencados, necessários à comprovação do desequilíbrio contratual;

20.5.2. Culpa, imperícia ou imprevidência da execução do objeto pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento; aquisição do mesmo insumo ou material de fornecedores distintos; dentre outros);

20.5.3. Ausência de elevação do custo do produto à empresa efetivamente detentora da ata;

20.5.4. Ocorrência do evento antes da formulação das propostas;

20.5.5. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado.

20.6. As negociações com os fornecedores serão feitas pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

20.6.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, contando-se eventual prazo a partir da data da ciência, recebimento ou publicação.

20.7. O preço de mercado será obtido com base nos preços praticados pelas demais empresas participantes do Registro de Preços, podendo também ser obtido por meio de outros fornecedores, sites, jornais ou com base nos preços praticados por outras Prefeituras Municipais.

20.8. O valor atualizado não poderá ser superior ao preço de mercado.

21. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão processar-se-á de acordo com o que estabelecem os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

21.2. A rescisão da ata pela Administração poderá ocorrer quando:

21.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

21.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

21.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;



21.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

21.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

21.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

20.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação;

21.3. A rescisão da ata pela detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata;

21.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante pedido formal via protocolo, facultada à Administração a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

21.4. Quando da rescisão da ata pela Administração, a comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

21.4.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação;

21.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar pela ordem as demais licitantes classificadas para, mediante a sua concordância, assumirem a execução do objeto da ata.

22. DAS UNIDADES REQUISITANTES

22.1. O objeto deste registro de preços poderá ser requisitado pelos seguintes Órgãos/Entidades:

22.1.1. Gabinete da Prefeita;

22.1.2. Gabinete do Vice-Prefeito;

22.1.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agronegócio;

22.1.4. Secretaria Municipal de Educação;

22.1.5. Secretaria Municipal da Fazenda;



22.1.6. Secretaria Municipal de Administração;

22.1.7. Secretaria Municipal de Saúde;

22.1.8. Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;

22.1.9. Secretaria Municipal da Agricultura;

22.1.10. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;

22.1.11. Secretaria Municipal de Cultura;

22.1.12. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

22.1.13. Secretaria do Planejamento e Sustentabilidade;

22.1.14. Secretaria Extraordinária da Habitação;

22.1.15. Secretaria Extraordinária da Ciência, Trabalho, Tecnologia e Inovação.

22.2. Os órgãos e/ou as entidades que não participaram inicialmente do registro de preços poderão valer-se da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovada a vantagem. Estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que sejam indicados os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

22.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

22.2.1.1. Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

22.2.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item acima não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

23. DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018



23.1. As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

23.1.1. As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.

23.1.2. As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

23.1.3. Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as partes comprometem-se a participar de procedimentos de *due diligence*/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.

23.2. As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

23.3. As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/11 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.

23.3.1. As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

23.4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder



Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.

23.4.1. Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.

23.4.2. Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

23.5. As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).

23.6. Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

23.7. Encerrada a vigência do ata de registro de preços as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

23.8. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.

23.8.1. Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.



23.9. Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

23.9.1. Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.

23.9.2. A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

23.9.3. A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

24.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



24.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 24.1.** deste Edital as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência;

24.2.3. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

24.2.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.2.6. As sanções previstas nos **itens 24.2.1; 24.2.3. e 24.2.4.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no **item 24.2.2..**

24.2.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Edital.

24.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.3. As sanções previstas nos **itens 24.2.1.; 24.2.3. e 24.2.4.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a previsão do **item 24.2.2..**

24.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Edital.

24.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.6. Para a aplicação das sanções, serão considerados:

24.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;



24.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

24.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

24.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

24.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.7. A aplicação das sanções previstas no **item 24.2.** deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.8. A sanção prevista no **item 24.2.3.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.1.2.; 24.1.3.; 24.1.4.; 24.1.5.; 24.1.6. e 24.1.7.** desse Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.

24.9. A sanção prevista no **item 24.2.4.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.1.8.; 24.1.9.; 24.1.10.; 24.1.11 e 24.1.12.** do Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 24.1.2; 24.1.3.; 24.1.4.; 24.1.5. e 24.1.6.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **item 24.8.** do Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.

24.10. Na aplicação da sanção prevista no **item 24.2.2.** do presente Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.11. Para aplicação das sanções previstas no **item 24.2.3. e 24.2.4.** do presente Edital, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

24.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de Administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de



fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.14. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

24.14.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

24.14.2. Pagamento da multa;

24.14.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

24.14.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

24.14.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

24.15. Constituem comportamentos que serão enquadrados no **item 24.1.4.**, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

24.15.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

24.15.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

24.15.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

24.15.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no Edital de licitação.

24.16. Constituem comportamentos que serão enquadrados no **item 24.1.5.**, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

24.16.1. Deixar de atender a convocações do pregoeiro/agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

24.16.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo pregoeiro/agente de contratação;

24.16.3. Abandonar o certame;

24.16.4. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.



25. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

25.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações deverão ser enviados ao pregoeiro/agente de contratação até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio da plataforma eletrônica utilizada para realização do certame.

25.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico da Prefeitura <http://estrela.atende.net> e no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei nº 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

26.2. A Administração poderá anular a licitação de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável ou revogá-la por motivo de conveniência e oportunidade, desde que o motivo determinante para a revogação for resultante de fato superveniente devidamente comprovado, devendo em ambos os casos, ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/21.

26.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Estrela/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

26.4. Em seu julgamento, o pregoeiro/agente de contratação poderá desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido na “Proposta” e na “Documentação”.

26.5. Prazos concedidos pelo pregoeiro/agente de contratação poderão ser encerrados antecipadamente, se entender atendida a exigência, ou prorrogados, se considerar necessário mais prazo para atingir os objetivos da licitação.



26.6. Caso a Sessão esteja suspensa enquanto corre o prazo para atendimento de diligência, eventual solicitação de prorrogação de prazo poderá ser concedida sem a necessidade de reabertura da Sessão Pública.

26.7. As declarações/propostas assinadas digitalmente e os documentos emitidos eletronicamente ficam dispensados de serem enviados fisicamente, desde que possuam informação do endereço eletrônico, código de autenticidade ou outras informações necessárias à verificação de sua autenticidade na internet. Nos demais casos, a prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

26.7.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, esse prazo poderá ser prorrogado.

26.8. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no Edital.

26.9. Integram este Edital:

ANEXO I Termo de Referência

ANEXO II Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002

ANEXO III Declaração de enquadramento como microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa.

ANEXO IV Minuta da Ata de Registro de Preços.

ANEXO V Declaração de acordo com o disposto no inciso IV do art.14 da Lei nº 14.133/2021.

Estrela, 22 de agosto de 2024.

Carine Isabel Schwingel
Prefeita Municipal de Estrela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Rua Pinheiro Machado, nº 347 – Bairro Centro
Fone: (51) 3981-1077

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA COM MATERIAL E MÃO DE OBRA (PINTURA VIÁRIA)

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços comuns de sinalização horizontal viária no Município de Estrela/RS, com fornecimento de materiais certificados, mão de obra qualificada e equipamentos apropriados, compreendendo a aplicação de faixas de travessia de pedestres, linhas de bordo, legendas, setas direcionais, zebrações, retenções e demais dispositivos de orientação, advertência e regulamentação do tráfego urbano.

A execução dos serviços comuns será realizada sob demanda, de forma parcelada, em atendimento às necessidades operacionais do Departamento de Trânsito e conforme ordens de serviço específicas, respeitando os critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana.

Serão utilizados diferentes materiais demarcatórios, incluindo tintas acrílicas e à base de solvente com microesferas de vidro, plástico a frio (bicomponente e tricomponente) e termoplásticos retrorrefletivos, aplicados por método manual ou mecanizado, conforme o tipo de sinalização e os parâmetros normativos estabelecidos pela ABNT (NBR 13132:2021, NBR 15870:2016, NBR 13159:2021) e pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), com observância das diretrizes e resoluções do CONTRAN, tudo em conformidade com o ANEXO I desse Termo de Referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

A contratação será realizada na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, com critério de julgamento por menor preço global, tendo vigência de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Item	Código	Descrição do Serviço com o fornecimento do material	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	33022	Pintura termoplástica Hot-Spray, espessura de 1,5 mm. Faixas contínuas e descontínuas, eixo e bordos nas cores branca e amarela.	m²	10.000	64,91	649.100,00
2	33023	Pintura termoplástica por extrusão, espessura de 3,0 mm. Legendas, faixas de pedestres, dizeres, retenções, setas e zebreados.	m²	5.000	120,40	602.000,00
3	33024	Pintura com tinta demarcatória à base de solvente, espessura 0,6 mm. Aplicação mecânica com microesferas de vidro. Faixas contínuas e descontínuas, nas cores branca e amarela.	m²	30.000	34,20	1.026.000,00
4	33193	Pintura com tinta demarcatória à base de solvente, espessura 0,6 mm. Aplicação manual com microesferas de vidro. Zebreados, setas e legendas, nas cores branca e amarela.	m²	10.000	42,77	427.700,00
5	33025	Sinalização horizontal com plástico a frio bicomponente (Tipo IV), espessura de 1,5 mm a 3,0 mm. Aplicação manual, conforme NBR 15870:2016.	m²	2.000	201,75	403.500,00
6	33026	Sinalização horizontal com plástico a frio tricomponente (Tipo I), espessura de 0,6 mm a 1,2 mm. Aplicação mecânica, conforme NBR 15870:2016. Cores: vermelha, branca e/ou amarela.	m²	10.000	121,60	1.216.000,00

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços comuns de sinalização horizontal viária se impõe como medida essencial para garantir a segurança e a fluidez dos espaços



de trafegabilidade do Município de Estrela/RS, diante de um cenário de crescimento demográfico, intensificação do trânsito e expansão da malha viária.

A sinalização horizontal, composta por faixas de travessia, linhas de bordo, setas direcionais, zebrações e outras marcações, organiza, orienta, protege e regulamenta o trânsito. Quando ausente, desgastada ou tecnicamente inadequada, compromete não apenas o ordenamento do trânsito, mas também a integridade física dos usuários da via pública, em especial os mais vulneráveis: pedestres, ciclistas, crianças e idosos.

Ainda que o Município disponha de equipe interna para execução parcial desses serviços, trata-se de um grupo reduzido, com estrutura limitada e atuação em múltiplas frentes operacionais. A realização direta, com os meios disponíveis atualmente, não assegura a abrangência, a padronização nem a durabilidade exigidas para uma sinalização eficaz e em conformidade com as normas técnicas e legais vigentes.

Ademais, a evolução dos materiais e das técnicas de aplicação, como o uso de tintas termoplásticas, plásticos a frio bicomponentes ou tricomponentes e microesferas de vidro, exige mão de obra especializada, equipamentos específicos e controle de qualidade que extrapolam as capacidades da estrutura pública municipal.

É nesse contexto que emerge a necessidade de contratar empresa tecnicamente qualificada para executar os serviços de forma programada, estratégica e sob demanda, com base em cronograma técnico, condições climáticas ideais e prioridades operacionais definidas pela Administração. A adoção do modelo de registro de preços assegura flexibilidade, economicidade e racionalização dos recursos públicos, evitando a imobilização de estrutura permanente para uma demanda de natureza intermitente.

Além disso, a sinalização horizontal eficaz contribui para a redução de acidentes, a proteção da vida e a promoção da mobilidade urbana sustentável, estando em consonância com o interesse coletivo, as diretrizes do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e os princípios da administração pública, especialmente a eficiência e a legalidade.



Dessa forma, a presente contratação justifica-se não apenas como resposta à insuficiência de meios internos, mas como instrumento estratégico de gestão urbana, segurança viária e valorização da cidade como espaço de convivência e circulação cidadã.

3. DA EXECUÇÃO

3.1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A execução dos serviços será realizada sob demanda, em regime de registro de preços, com previsão de atendimento parcelado conforme a necessidade operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana. O contrato contemplará a execução de sinalização horizontal com diferentes tipos de materiais e métodos de aplicação, respeitando os parâmetros técnicos estabelecidos, conforme descrito no ANEXO I deste Termo de Referência.

4. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal atestada pelo fiscal da Secretaria solicitante.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A aquisição correrá por conta de dotação orçamentária própria do órgão requisitante, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, conforme requisição de compras anexa ao processo licitatório.

6. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor público designado conforme termo de designação acostado aos autos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

7. DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

Poderá ocorrer a prorrogação da ata, conforme legislação vigente, sendo permitido o reajuste anual de preços, conforme índice oficial especificado em edital. Aplicam-se as disposições legais e contratuais sobre sanções, obrigações e hipóteses de rescisão.

Estrela, 18 de julho de 2025.

**FERNANDO
WERNER:0
0898089085**

Assinado digitalmente por
FERNANDO WERNER:00898089085
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Certificado Digital PF A1, OU=
Presencial, OU=31331140000176,
OU=AC SyngularID Multipla, CN=
FERNANDO WERNER:00898089085
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0



ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – Serviço de Pintura termoplástica Hot-Spray, espessura de 1,5mm. Faixa contínuas e descontínuas, eixo e bordos nas cores branca e amarela.

1. OBJETIVO

Este documento estabelece os requisitos para os materiais termoplásticos retrorrefletorizados empregados na sinalização horizontal viária, aplicados pelo processo de aspersão, padrão ABNT NBR 13.159:2021, com $e = 1,5$ mm para faixas.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento:
ABNT NBR 13159, Sinalização horizontal viária – Termoplástico aplicado pelo processo de aspersão.

ABNT NBR 5891, Regras de arredondamento na numeração decimal

ABNT NBR 7396, Sinalização horizontal viária - Material para sinalização – Terminologia

ABNT NBR 15482, Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Métodos de ensaio

ABNT NBR 16184, Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio.

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições da ABNT NBR 7396.

4. REQUISITOS DOS MATERIAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80° C, sem sofrer deformações.

4.2 O termoplástico deve ser inerte a intempéries.

4.3 O termoplástico deve produzir faixas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando deste em consequência de esforços provenientes do tráfego.

4.4 O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos significativos ao pavimento.

4.5 O termoplástico não pode possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.



4.6 O termoplástico não pode ser aquecido a temperaturas acima de 200° C, para evitar oxidação acelerada, perda de elasticidade e aderência, bem como danos ao pavimento.

4.7 O termoplástico aplicado sobre o pavimento de concreto deve ser precedido por uma pintura de ligação com o material apropriado.

4.8 Depois de aplicado, o termoplástico deve permitir a liberação do tráfego em no máximo 5 minutos.

4.9 Após a sua aplicação no pavimento, o termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor.

4.10 O termoplástico, quando aquecido à temperatura exigida para a sua aplicação, não pode desprender fumos ou gases tóxicos concentrados na área de trabalho que possam causar danos às pessoas ou propriedades.

4.11 O material termoplástico se constitui em uma mistura em proporções convenientes de: ligantes; partículas granulares como elementos inertes; pigmentos e seus agentes dispersores; microesferas de vidro (tipo IA, conforme ABNT NBR 16.184); e outros componentes que propiciem ao material qualidades que venham a atender à finalidade a que se destinam.

4.12 No termoplástico de cor branca, o pigmento deve ser o dióxido de titânio rutilo e, no de cor amarela, deve ser utilizado o sulfeto de cádmio. Os pigmentos empregados devem assegurar qualidade e resistência à luz e ao calor, de modo que a tonalidade das faixas permaneça inalterada.

4.13 O termoplástico deve ser acondicionado em sacos multifolhados de papel ou em saco plástico, bem como em embalagens padronizadas, nas quais devem constar visivelmente as seguintes informações:

- a) cor do material;
- b) máxima temperatura de aquecimento;
- c) nome do fabricante;
- d) nome do produto;
- e) número do lote de fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) quantidade, em quilogramas;
- h) data de fabricação;
- i) informações e advertências que possam ser requeridas por leis federais e estaduais.

4.14 O termoplástico deve atender aos ensaios constantes na ABNT NBR 15.482

4.15 Os requisitos quantitativos, mínimos e máximos, devem estar de acordo com a Tabela 12.



Tabela 12 – Requisitos quantitativos

Características	Requisitos	
	Mínimo	Máximo
Ligante, % em massa na mistura	18	24
TiO ₂ , % em massa na mistura (termoplástico branco)	08	-
CdS, % em massa na mistura	01	1,5
Microesferas, % em massa na mistura	20	40
Ponto de amolecimento, C	90	-
Deslizamento, %	-	5
Resistência à abrasão, g	-	0,4
Densidade de massa p(massa específica, g/cm ³)	1,85	2,25
Viscosidade Brookfield (20 r/min a 180 °C, Haste 27, cps)	5000	8000

4.16 Os requisitos qualitativos devem estar de acordo com a Tabela 13 e 14.

Tabela 13 – Requisitos Qualitativos

Características	Requisitos
Estabilidade ao calor	Satisfatória
Resistência à luz	Satisfatória

Tabela 14 – Coordenadas cromáticas

Cor	1		2		3		4		Y%	
	x	y	x	y	x	y	x	y	Mínimo	Máximo
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375	80	-
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431	40	55
Vermelha	0,48	0,32	0,5	0,28	0,58	0,3	0,56	0,375	10	25
Azul	0,18	0,26	0,22	0,2	0,25	0,2	0,26	0,28	5	15

Utilizar espectrofotômetro com geometria esféricas d/8 ou direcional 45°/0°, pCom o iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°.

4.17 Espessura: a espessura de termoplástico a ser aplicado é de, no mínimo, 1,5 mm, salvo determinação em contrário em projeto ou ordem de serviço.

4.18 Retrorrefletorização: a retrorrefletorização inicial mínima após 48 horas da



sinalização deverá ser de 250 mcd/lux.m² para o branco e 200 mcd/lux.m² para o amarelo.

4.19 Equipamentos de Limpeza: a contratada deverá apresentar a aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada, como: escovas, vassouras, compressores, ventiladores, etc.

4.20 Equipamentos de Aplicação: devem incluir um aparelho de projeção pneumática, mecânica ou combinada, e tantos apetrechos auxiliares para demarcação manual quantos forem necessários a execução satisfatória do serviço. Os equipamentos mínimos necessários, por equipe, para aplicação de material termoplástico pelo processo de aspersão são:

- Usina móvel montada sobre caminhão, constituída de dois recipientes para fusão do material (branco e amarelo), providos de queimadores, controle de temperatura e agitadores com velocidade variável.
- Veículo auto-propulsor contendo recipiente com capacidade variável e aquecimento indireto (câmara para óleo térmico). Para os equipamentos de projeção pneumática o recipiente precisa ser pressurizado para conduzir o material até a pistola, e nos equipamentos de projeção mecânica o material deve ser conduzido através de bomba até a pistola.
- Termômetros em perfeito estado de funcionamento na câmara de óleo e no recipiente para a fusão do material termoplástico.
- Conjunto aplicador contendo uma ou duas pistolas próprias para termoplástico e semeador de microesferas de vidro.
- Aquecimento indireto (com óleo térmico), para todo conjunto aplicador, ou seja: mangueira condutora do material termoplástico e pistola.
- Compressor com tanque pulmão de ar destinado a:
 - Pressurização do recipiente de termoplástico (nos equipamentos de projeção pneumática), tanque de microesferas.
 - Limpeza do pavimento e para atomização do material.
 - Acionamento das pistolas para termoplásticos e microesferas.

4.20.1 A empresa deverá possuir materiais, máquinas e equipamentos sobressalentes para que o serviço de sinalização viária não sofra atrasos em decorrência de manutenções preventivas e corretivas nos materiais, máquinas e equipamentos em uso.

4.21 Aplicações: as marcas devem ser aplicadas nos locais e com as dimensões e espaçamentos indicados pela fiscalização e pelo projeto, de acordo com as normas, manuais e resolução do CONTRAN.



4.22 Condições Ambientais: os termoplásticos devem ser aplicados nas seguintes condições:

- a) temperatura entre 10° C e 40° C
- b) umidade relativa do ar até 80%

4.23 Preparação do pavimento: a superfície a ser pintada deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc.), que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.

4.23.1 Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

4.23.2 Quando o pavimento for de concreto ou apresentar agregado exposto, antes da pintura deve se fazer uma pintura de ligação, cuja função é atuar como meio ligante entre o pavimento e o termoplástico.

4.24 Pré-Marcação: quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação do material na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto e/ou seguindo as dimensões expostas nas Normas, Manuais e Resoluções do CONTRAN.

4.25 Aplicação do material:

- a) deve ser aplicado material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.
- b) o material deve ser aplicado de tal forma a não ser necessária nova aplicação para atingir a espessura especificada.
- c) na aplicação do material termoplástico, a temperatura deverá ser de:
 - c.1) Termoplástico branco: 200° C
 - c.2) b. Termoplástico amarelo: 180° C
- d) na execução das marcas retas, qualquer desvio das bordas excedendo 0,01m, em 10m, deve ser corrigido.
- e) a largura das marcas deve obedecer ao que foi especificado no projeto/ordem de serviço, admitindo-se uma tolerância de mais ou menos 5%.
- f) as sinalizações existentes, a serem repintadas, devem ser recobertas não deixando qualquer marca ou falha que possa prejudicar a nova sinalização.
- g) as microesferas de vidro tipo II devem ser aplicadas por aspersão concomitantemente com a aplicação do material à razão de 400 g/m².

4.26 Proteção: o termoplástico aplicado deverá ser protegido, até o seu endurecimento,



de todo tráfego de veículos bem como de pedestre. O aplicador será diretamente responsável e deve colocar sinais/sinalização de aviso adequados, de acordo com os Manuais e/ou Resoluções do CONTRAN.

4.27 Correção: caso seja realizada aplicação de material em desacordo com o projeto/ordem de serviço, a contratada deverá retirá-lo através de métodos adequados, a livre escolha, sujeitos à aprovação da fiscalização, e sem ônus a contratante.

NOTA: Poderá ser utilizado maçarico a gás para a execução do serviço de retirada da sinalização horizontal, desde que todos os cuidados sejam tomados.

4.28 Medição: nos serviços executados, a apuração das quantidades (medições) será calculada tomando-se por base as áreas efetivamente pintadas.

4.29 Garantia: a durabilidade da sinalização aplicada (material e aplicação ou somente aplicação), sobre pavimentos asfálticos, suportando tráfego de até 30.000 (trinta mil) veículos/faixa x dia, independentemente dos ensaios e vistorias deverá ser de:

- 12 meses para 100% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço.
- 24 meses para 80% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço.
- 36 meses para 60% da metragem total aplicada de cada ordem de serviço.

4.30 Espessura da Película: o controle da espessura da película poderá ser realizado através da coleta de amostras por empresa contratada. O material deverá ser colhido durante a aplicação em chapa de folha de flandres (500x200x0,25mm), sem adição de microesfera do tipo II. Deverão ser realizadas, no mínimo, 10 medidas em cada chapa, e o resultado expresso pela média aritmética das medidas.

4.31 Laudos dos Materiais

4.31.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 13.159:2021, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.

4.31.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

4.31.3 Apresentar laudo (certificado/relatório), em nome da empresa licitante, dos vasos de pressão para tintas acrílicas e/ou termoplásticas, em atendimento a norma regulamentar NR-13 (Portaria MTB° 1.082/2018), elaborada por profissional devidamente registrado no CREA, acompanhado da devida anotação de responsabilidade técnica (ART);



ITEM 2 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA - Serviço de Pintura termoplástica extrusão, espessura 3,0mm, legendas, faixas de pedestres, dizeres, retenção, setas e zebrados nas cores branca e amarela.

1. OBJETIVO

Esta especificação estabelece os requisitos para os materiais termoplásticos retrorrefletorizados empregados na sinalização horizontal viária e aplicados pelo processo de extrusão.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento:

ABNT NBR 13132, Termoplástico aplicado pelo processo de extrusão.

ABNT NBR 5891, Regras de arredondamento na numeração decimal

ABNT NBR 7396, Sinalização horizontal viária - Material para sinalização – Terminologia

ABNT NBR 15482, Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Métodos de ensaio

ABNT NBR 16184, Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições da ABNT NBR 7396.

4. REQUISITOS DOS MATERIAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 O termoplástico deve apresentar boas condições de trabalho e suportar temperaturas de até 80° C, sem sofrer deformações.

4.2 O termoplástico deve ser inerte a intempéries.

4.3 O termoplástico deve produzir faixas que se agreguem firmemente ao pavimento, não se destacando deste em consequência de esforços provenientes do tráfego.

4.4 O termoplástico deve ser passível de remoção intencional, não ocasionando danos significativos ao pavimento.

4.5 O termoplástico não pode possuir capacidade destrutiva ou desagregadora do pavimento.

4.6 O termoplástico não pode ser aquecido a temperaturas acima de 200° C, para evitar oxidação acelerada, perda de elasticidade e aderência, bem como danos ao pavimento.

4.7 O termoplástico aplicado sobre o pavimento de concreto deve ser precedido por uma pintura de ligação com o material apropriado.

4.8 Depois de aplicado, o termoplástico deve permitir a liberação do tráfego em no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

máximo 5 minutos.

4.9 Após a sua aplicação no pavimento, o termoplástico deve manter integralmente a sua coesão e cor.

4.10 O termoplástico, quando aquecido à temperatura exigida para a sua aplicação, não pode desprender fumos ou gases tóxicos concentrados na área de trabalho que possam causar danos às pessoas ou propriedades.

4.11 O material termoplástico se constitui em uma mistura em proporções convenientes de: ligantes; partículas granulares como elementos inertes; pigmentos e seus agentes dispersores; microesferas de vidro (tipo IA, conforme ABNT NBR 16.184); e outros componentes que propiciem ao material qualidades que venham a atender à finalidade a que se destinam.

4.12 No termoplástico de cor branca, o pigmento deve ser o dióxido de titânio rutilo e, no de cor amarela, deve ser utilizado o sulfeto de cádmio. Os pigmentos empregados devem assegurar qualidade e resistência à luz e ao calor, de modo que a tonalidade das faixas permaneça inalterada.

4.13 O termoplástico deve ser acondicionado em sacos multifolhados de papel ou em saco plástico, bem como em embalagens padronizadas, nas quais devem constar visivelmente as seguintes informações:

- a) cor do material;
- b) máxima temperatura de aquecimento;
- c) nome do fabricante;
- d) nome do produto;
- e) número do lote de fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) quantidade, em quilogramas;
- h) data de fabricação;
- i) informações e advertências que possam ser requeridas por leis federais e estaduais.

4.14 O termoplástico deve atender aos ensaios constantes na ABNT NBR 15.482

4.15 Os requisitos quantitativos, mínimos e máximos, devem estar de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15 – Requisitos quantitativos

Características	Requisitos	
	Mínimo	Máximo
Ligante, % em massa na mistura	18	24
TiO ₂ . % em massa na mistura	08	-



(termoplástico branco)		
CdS, % em massa na mistura	01	1,5
Microesferas, % em massa na mistura	20	40
Ponto de amolecimento, C	90	-
Deslizamento, %	-	5
Resistência à abrasão, g	-	0,4
Densidade de massa p(massa específica, g/cm3)	1,85	2,25
Viscosidade Brookfield (20 r/min a 180 °C, Haste 27, cps)	9000	12000

4.16 Os requisitos qualitativos devem estar de acordo com a Tabela 16 e 17.

Tabela 16 – Requisitos Qualitativos	
Características	Requisitos
Estabilidade ao calor	Satisfatória
Resistência à luz	Satisfatória

Tabela 17 – Coordenadas cromáticas										
Cor	1		2		3		4		Y%	
	x	y	x	y	x	y	x	y	Mínimo	Máximo
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375	80	-
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431	40	55
Vermelha	0,48	0,32	0,5	0,28	0,58	0,3	0,56	0,375	10	25
Azul	0,18	0,26	0,22	0,2	0,25	0,2	0,26	0,28	5	15
Utilizar espectrofotômetro com geometria esféricas d/8 ou direcional 45°/0°, pCom o iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°.										

4.17 A aplicação do material termoplástico e das microesferas, será feita por meios mecânicos adequados, precedida de uma rigorosa inspeção das superfícies a serem sinalizadas.

4.18 A temperatura de aplicação não deverá ser inferior a 180°C e não poderá exceder o limite de 220°C para não alterar as propriedades físicas e químicas do material, inclusive a cor na sua totalidade exigida.

4.19 A quantidade total para as microesferas espalhadas (tipo drop on) não deverá ser inferior a 500gr./m² da faixa extrudada.



4.20 O termoplástico deve ser aplicado na espessura de 3,00 mm, e deverá fornecer uma vida útil na pista de rolamento de 3 (três) anos de duração, sendo este valor relativo ao estudo das características do tráfego e base na qual o material é aplicado.

4.21 Análise do Termoplástico: para fins de controle de qualidade, o fornecedor deverá realizar as suas expensas, em laboratório bem conceituado, de idoneidade reconhecida, os ensaios para obtenção dos resultados para que o produto satisfaça as exigências contidas nesta especificação, quando solicitado pela fiscalização.

4.21.1 As amostras devem ser retiradas pelo instituto, em campo, no instante da aplicação, com 03 amostras para cada lote a ser aplicado, quando solicitado pela fiscalização.

4.22 Laudos dos Materiais

4.22.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 13.132:2021, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.

4.22.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

4.22.3 Apresentar laudo (certificado/relatório), em nome da empresa licitante, dos vasos de pressão para tintas acrílicas e/ou termoplásticas, em atendimento a norma regulamentar NR-13 (Portaria MTBº 1.082/2018), elaborada por profissional devidamente registrado no CREA, acompanhado da devida anotação de responsabilidade técnica (ART);

ITEM 3 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – Serviço de Pintura com tinta demarcatória a base de solvente, espessura 0,6mm, sistema mecânico com adicionamento de microesfera de vidro, juntamente na tinta e posterior espalhamento de microesferas, para a devida refletância, numa proporção 0,250 a 0,350 Kg por m², faixas contínuas e descontínuas de eixo, bordos e zebrados nas cores branca e amarela.

1. OBJETIVO

Esta especificação determina as características mínimas exigíveis para fornecimento e aplicação de tinta refletiva para demarcação viária à base de resina acrílica com solvente, aplicada pelo processo mecânico ou manual. Sendo esta definição baseada na norma ABNT NBR 11.862:2020.



2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Os documentos a seguir são citados no texto de tal forma que seus conteúdos, totais ou parciais, constituem requisitos para este documento:

ABNT NBR 11.862 - Tinta para sinalização horizontal à base de resina acrílica

ABNT NBR 15.405 – Sinalização Horizontal Viária – Tintas – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação.

ABNT NBR 15.438 – Sinalização Horizontal Viária – Tintas – Métodos de Ensaio.

ABNT NBR 16.184 - Sinalização Horizontal Viária – Esferas e microesferas de vidro – requisitos e métodos de ensaio.

ABNT NBR 7.396 - Material para sinalização horizontal - Terminologia

ABNT NBR 5.829 - Tintas, vernizes e derivados - Determinação da massa específica - Método de ensaio

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Os termos técnicos utilizados estão definidos na NBR 7.396.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

4.2. A tinta deve ser fornecida na quantidade informada na embalagem. Logo após a abertura do recipiente, a tinta não pode apresentar sedimentos, natas e grumos, e deve ser de fácil homogeneização.

4.2.1 A tinta deve ser aplicada conforme ABNT NBR 15.405.

4.3. A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

4.4. A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições:

- a. Temperatura do ar entre 5° e 35° C; temperatura do pavimento não superior a 40°C;
- b. Umidade relativa do ar até 90%.

4.5. A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem ser necessária a adição de outro aditivo qualquer. Pode ser adicionado no máximo 5% de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto de viscosidade.

4.5.1. A adição de microesferas de vidro deve ser feita na proporção de:

- a) tipo premix (tipo IB): de 200g a 250 g para cada litro de tinta;
- b) tipo drop-on (tipo IIA): mínimo de 300 a 400g de microesferas para cada metro quadrado de tinta aplicada.



4.6. A tinta deve ser aplicada em espessura, quando úmida, de 0,6 mm.

4.7. A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 minutos.

4.8. A tinta deve manter integralmente sua coesão e sua cor após aplicação no pavimento.

4.9. A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e característica de retrorrefletividade com o seu desgaste natural, pois a tinta deverá possuir microesferas de vidro incorporadas em sua formulação, e ainda, deve produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil, que deve ser de 18 meses.

4.10. A tinta, quando aplicada em superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

4.11. A tinta não deve modificar as suas características; não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo; ou deteriorar-se, quando estocada, por um período mínimo de seis meses após a data de fabricação do material, quando estocada em local protegido de luz solar direta e à temperatura máxima de 30° C, livre de umidade e nunca diretamente no solo, mantendo assim sua qualidade;

4.12 Requisitos Específicos

4.12.1 A tinta deve satisfazer os requisitos das Tabelas 2 e 3.

4.12.2 Para avaliação de todos requisitos quantitativos e qualitativos, deve ser utilizada a ABNT NBR 15.438.

Tabela 2 – Requisitos Quantitativos		
Requisitos	Mínimo	Máximo
Consistência, UK	80	95
Teor de chumbo, em partes por milhão (ppm)	-	90
Estabilidade na armazenagem: p- alteração de consistência, UK p- aparência	p-pVer tabela 3	p10p-
Matéria não volátil, em porcentagem em massa (% m)	62,8	-
Pigmento, em porcentagem em massa (% m)	40	50
Teor de dióxido de titânio na tinta, em porcentagem em peso (% p) pBranco pAmarelo	p9,0p-	p-p2,5
Cobertura seca pBranca e cores pPreta	p98p99	p-p-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
 Prefeitura Municipal de Estrela
 Setor de Licitações
 Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
 Fone: (51) 3981-1025

Veículo não volátil, em porcentagem em massa (% m) no veículo	38	-
Veículo total, em porcentagem em massa (% m) na tinta	50	60
Tempo de secagem (no-pick-up time), em minutos (min)	-	20
Resistência à abrasão	80	-
Massa específica, em gramas por centímetro cúbico (g/cm ³)	1,3	-
Brilho a 60°, unidade	-	20
Fineza Hegman	4	-
Composto orgânico volátil (COV), em gramas por litro (g/L)	-	500

Tabela 3 – Requisitos Qualitativos	
Ensaio	Resultado
Aparência	Filme liso e livre de defeitos
Cromo hexavalente	Negativo
Flexibilidade	Inalterada
Sangramento	Ausente
Resistência à água	Inalterada
Resistência ao intemperismo, p 400 hp- corp- integridade	Conforme a Tabela 3 pinalterada
Identificação do veículo não volátil	O espectrograma de absorção de radiações infravermelhas pdeve apresentar bandas ppredominantes de resinas acrílicas

4.12.3 As cores da tinta devem apresentar valores de coordenadas de cromaticidade (x e y) e luminância (Y %) dentro da área especificada pelos valores descritos na Tabela 4, ensaiados conforme a ABNT NBR 15.438.

Tabela 4 – Cores – Coordenadas de cromaticidade e luminância										
Cor	1		2		3		4		Y%	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	Mínimo	Máximo
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375	85	-
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431	40	55



Vermelha	0,480	0,320	0,500	0,208	0,580	0,300	0,560	0,375	10	25
Azul	0,180	0,260	0,220	0,200	0,250	0,200	0,260	0,280	5	15
Utilizar espectrofotômetro com geometria direcional 45°0', com o iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°										

4.13 Marcação e Embalagem

4.13.1 A tinta deve ser fornecida embalada em recipientes que atendam à legislação vigente.

4.13.2 O recipiente deve trazer no seu corpo, de forma bem legível, as seguintes informações:

- nome do produto e referência normativa;
- nome comercial;
- cor da tinta;
- data de fabricação;
- prazo de validade;
- identificação da partida de fabricação;
- identificação do fabricante;
- quantidade contida no recipiente, em litros (L);
- informações e advertências que possam ser exigidas por leis federais e estaduais.

4.14 Laudos Materiais

4.14.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 11.862:2020, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.

4.14.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

4.14.3 Apresentar laudo (certificado/relatório), em nome da empresa licitante, dos vasos de pressão para tintas acrílicas e/ou termoplásticas, em atendimento a norma regulamentar NR-13 (Portaria MTB° 1.082/2018), elaborada por profissional devidamente registrado no CREA, acompanhado da devida anotação de responsabilidade técnica (ART).

ITEM 04 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – Sinalização horizontal com plástico a frio, conforme NBR 15870:2016, Tipo IV aplicada por extrusão, à base de resina



metacrílica reativa (bicomponente), nas cores branca e/ou amarela, na espessura de 1,5mm a 3,0mm (aplicação manual).

1. OBJETIVO

Este documento especifica os requisitos para o fornecimento e a aplicação do plástico a frio para sinalização horizontal, à base de resinas metacrílicas reativas e agente endurecedor, com incorporação de agregados e microesferas de vidro tratadas, compatíveis com a espessura da camada.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento:

ABNT NBR 7396, Sinalização horizontal viária – Material para sinalização horizontal - Terminologia

ABNT NBR 15438, Sinalização horizontal viária – Tintas – Métodos de ensaio

ABNT NBR 15482, Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Métodos de ensaio

ABNT NBR 16184, Sinalização horizontal viária – Esferas e microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio

EN 1436, Road marking materials. Road marking performance for road users

EN 12802, Road marking materials, laboratory methods for identification

EN 53505, Shore A and Shore D hardness testing of rubbers

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições da ABNT NBR 7396 e os seguintes.

3.1 grãos abrasivos - partículas minerais angulares com dureza Mohs igual ou superior a 7,0, as quais, integrando o sistema, permitem aumentar sua resistência à derrapagem.

3.2 plástico a frio - material bicomponente ou tricomponente (componentes A, B e C) à base de resina reativa metacrílica, cargas minerais, pigmentos, aditivos e microesferas de vidro (somente no tipo IV).

3.3 componente A - resina metacrílica reativa, cargas minerais, pigmentos, aditivos e microesferas de vidro (somente no tipo IV).

3.4 componente B - agente endurecedor (catalisador).

3.5 componente C - resina metacrílica de menor reatividade, sem acelerados, cargas minerais, aditivos e pigmentos.

3.6 aplicação manual - aplicação de material plástico a frio através do uso de



desempenadeiras, sapatas de arrasto, equipamentos tipo *plastomarker*, rolos, rodos ou pistola (dois bicos), para material acoplado ao equipamento de aspersão.

3.7 aplicação mecânica - aplicação de material plástico a frio através do uso de equipamentos mecânicos, para aplicação por extrusão ou aspersão, com controle para sistemas de bicomponente, e com reservatórios independentes para cada componente.

3.8 sistema 1:1 - mistura de 50 % do componente A com 50 % de mistura D, onde D é a mistura de 4 % de B e 96 % de C.

3.9 sistema 98:2 - mistura de 98 % do componente A com 2 % de componentes B.

3.10 ponto de orvalho - temperatura na qual ocorre a condensação dos vapores de água do ambiente sobre uma superfície, que é estimada mediante tábuas psicrométricas, interpolando-se a umidade relativa do ambiente com a temperatura ambiente.

3.11 primer bicomponente - material bicomponente à base de resinas metacrílicas reativas para selamento de substratos de concreto.

3.12 primer monocomponente - material monocomponente à base de resinas metacrílicas, de mesma natureza, química do plástico a frio, para selamento de substratos de concreto.

4. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL

Os plásticos a frio classificam-se como a seguir:

- a) tipo I: material tricomponente (componente A, B e C), sistema 1:1, isento de microesferas de vidro em sua composição;
- b) tipo II: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, isento de microesferas de vidro em sua composição;
- c) tipo III: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, de baixa viscosidade, podendo ter ou não grãos abrasivos incorporados em sua composição;
- d) tipo IV: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, com microesferas de vidro incorporadas em sua composição.

5. REQUISITOS DOS MATERIAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Os materiais plásticos a frio devem ser fornecidos em dois ou três componentes que, misturados em proporções corretas, após a cura, devem formar um produto sólido, mantendo a espessura úmida igual à espessura seca.

5.2 A resina metacrílica dos componentes A e C deve ser 100 % metacrílica reativa e livre de solventes. Misturas com outras resinas, líquidos ou solventes não são permitidas.

5.3 Para aplicação do plástico a frio sobre substratos de concretos novos, deve-se aplicar



primer à base de resinas metacrílicas 100 % reativas de dois componentes, ou *primer* monocomponente à base de resinas metacrílicas.

5.4 Quando utilizados microesferas, esferas ou grãos abrasivos de vidro na forma de aspersão, estes materiais devem atender à ABNT NBR 16184.

5.5 Os componentes A, B e C devem apresentar-se homogêneos, isentos de endurecimento ou grumos.

5.6 No caso de sedimentação do(s) componente(s) (A, B e C) no recipiente, este(s) material(ais) deve(m) permitir sua perfeita homogeneização.

5.7 Após a mistura dos componentes, o plástico a frio deve apresentar-se homogêneo, isento de grumos e/ou endurecimento, com tempo inferior ao indicado pelo fabricante.

5.8 Requisitos Quantitativos e Qualitativos

5.8.1 Os ensaios quantitativos e qualitativos laboratoriais devem ser realizados à temperatura de 25° C, adicionando-se 2% em peso do componente B no componente A. Somente no plástico a frio TIPO I, o componente B deve ser adicionado ao componente C. O valor numérico encontrado deve estar dentro das faixas numéricas estipuladas nas Tabela 8.

Tabela 8 – Plástico a frio IV

Requisitos de controle quantitativos	Componente A		Componente A+B		Métodos de ensalo
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Determinação da massa específica (g/cm³)	1,80	2,20	X	X	ABNT NBR 15483
Teor de microesferas de vidro, % massa.	20	40	X	X	ABNT NBR 15482
Cor	X	X	Conforme coordenadas cromáticas da Tabela 5		EN 1436
Viscosidade Daniel Flow (1 min)	10	14	X	X	Anexo A
Estabilidade, variação DF e aparência	Isento de grumos e sedimentos		X	X	ABNT NBR 15438
Dureza shore D – Após 24 h, espessura 2 mm	X	X	40	65	EN 53505
Requisitos de controle qualitativos					
Identificação de resina	Resina metil e butil metacrilato				EN 12802



Resistência à luz – 100 h	Manter-se dentro das coordenadas cromáticas (cor) da Tabela 5 (EN 1436)	ABNT NBR 15482
---------------------------	---	----------------

5.8.2 Os materiais (cores) devem estar dentro da área formada pelas coordenadas cromáticas da Tabela 9.

Tabela 9 – Coordenadas Cromáticas

Cor	1		2		3		4		Y	
	x	y	x	y	x	y	x	y	Mínimo	Máximo
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375	75	-
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431	40	55
Vermelha	0,480	0,320	0,500	0,280	0,580	0,300	0,560	0,375	10	25
Azul	0,180	0,260	0,220	0,200	0,250	0,200	0,260	0,280	5	15
Utilizar espectrofotômetro com geometria esférica d/8 ou direcional 45°/0° com iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°.										

5.8.3 Os materiais para sinalização horizontal, com tinta à base de metil metacrilato bicomponentes, deverão ser aplicados com equipamentos adequados, formando película de espessura mínima de 2,0 mm, com alta resistência ao atrito e ótima aderência.

5.8.4 A fiscalização definirá os locais a serem inspecionados e, se necessário, realizará também o ensaio em campo da sinalização executada.

5.8.5 A tinta quando aplicada sobre superfície betuminosa, não deve apresentar sangria e nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

5.8.6 A tinta aplicada, após a secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, e produzir película seca fosca e de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

5.8.7 Cada ensaio deverá ser executado imediatamente antes da liberação do tráfego e após uma variação para retirada do excesso de microesferas.

5.8.8 Deverão ser aspergidas microesferas de vidro Tipo II (DROP ON), na quantidade mínima de 300 g/m² (trezentos gramas por metro quadrado) de pintura realizada, seguindo as determinações da NBR ABNT 16.184.

5.9 Laudos dos Materiais

5.9.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 15.870:2016, com validade



máxima de 180 dias da abertura do processo.

5.9.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

5.10 Requisitos para Aplicação

5.10.1 Sinalização de segurança: os serviços de execução de sinalização horizontal só podem ser iniciados após instalação de todos os elementos de segurança para uma sinalização de obra adequada para cada local de serviço. Os elementos devem atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro.

5.10.2 Equipamentos de limpeza: devem ser constituídos por vassouras, escovas, compressoras para limpeza com jato de ar ou de água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

5.10.3 Equipamentos de aplicação: devem ser utilizados os seguintes equipamentos:

Sistema 1:1:

- a) Veículo de Transporte Manual (para áreas de difícil acesso) ou Auto propelido.
- b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.
- c) Equipamento com 2 Tanques Individuais (A e C).
- d) Tanque Pressurizado de Microesferas.
- e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.
- f) Sistema de Mistura: sistema de controle mecânico de vazão que garanta o fluxo simultâneo da mesma quantidade de material nas duas bombas (A e C).
- g) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes na pistola (Resina+Catalisador).
- h) Pistola com Sistema Limpeza Contínua por meio de Ar Comprimido.
- i) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.
- j) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.
- l) Pistola que possibilite aplicação Manual.

Sistema 98:2:

- a) Veículo Auto Propelido.
- b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.
- c) Equipamento com 3 Tanques Individuais: MMA (resina), BPO (catalisador) e solvente (limpeza).
- d) Tanque Pressurizado de Microesferas.
- e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.
- f) Sistema de Mistura: controle do Tempo de Mistura, por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).
- g) Sistema de Mistura: controle da Diferença de Pressão das Bombas (resina e



catalizador), por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).

h) Sistema de Mistura: ajuste da mistura (rateio) de 1,5% a 4%.

i) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes (Resina + Catalisador).

j) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.

h) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.

Outros Equipamentos Complementares:

- Agitadores/Hastes mecânicos para homogeneização da tinta.
- Sistemas limitadores de faixa.
- Dispositivos de segurança.
- Termômetro para quantificar a temperatura ambiente do pavimento, um higrômetro à umidade relativa do ar, trena e um medidor de espessura.
- Sistema eletrônico de controle de aplicação (opcional)
- Furadeira
- Lupa (opcional)
- Gerador de Energia (opcional)
- Gabaritos diversos e adequados para execução de setas, símbolos, letras, números e demais sinais gráficos conforme modelos dos Manuais do CONTRAN.
- Escovas, compressores para limpeza com jato de ar ou água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.
- Ferramentas manuais diversas, necessárias à boa execução dos serviços.

5.11 Aparência

5.11.1 As cores do plástico a frio deverão ser: branco, amarelo, vermelho e azul.

5.11.2 O plástico a frio não deve modificar suas características ou deteriorarem-se quando armazenada por um período mínimo de seis meses após a data de entrega.

5.11.3 Todo material plástico a frio deve assegurar qualidade e integridade de cor, mesmo sob constante ação de raios ultravioletas e intemperismo natural.

5.12 Odor e Toxicidade

5.12.1 O odor do plástico a frio não deve causar desconforto ao aplicador. Eventuais características de toxicidade devem ser claramente expressas na embalagem, de acordo com a legislação vigente.

5.13 Embalagem

5.13.1 O plástico a frio deve ser acondicionado, sendo o componente líquido em baldes de 25 quilos e o agente endurecedor em sacos plásticos, hermeticamente fechado correspondente a 2% do componente líquido, bem como em embalagens padronizadas, em que devem constar visivelmente:



- Componente Líquido:

- a) Cor do material.
- b) Nome de fabricante.
- c) Nome do produto.
- d) Componente líquido - Plástico a frio.
- e) Natureza química do produto.
- f) Número do lote de fabricação.
- g) Prazo de validade.
- h) Quantidade (kg).
- i) Data de fabricação.

- Componente Agente Endurecedor:

- a) Cor do material.
- b) Nome de fabricante.
- c) Nome do produto.
- d) Natureza química do produto.
- e) Número do lote de fabricação.
- f) Prazo de validade.
- g) Quantidade (kg).
- h) Data de fabricação.
- i) Número de lote.
- j) Estado físico.

5.13.2 A unidade de compra do plástico a frio é quilograma (kg).

5.13.3 Armazenamento e transporte: o plástico frio deverá ser armazenado em locais ventilados, não diretamente no solo, longe de fontes de ignição e sob temperatura de 10°C a 35°C. O plástico a frio deverá ser transportado em veículos fechados.

5.14 Preparação do pavimento

5.14.1 O plástico a frio pode ser aplicado sobre a superfície de revestimento asfáltico ou de concreto de cimento Portland.

5.14.2 A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência do plástico a frio.

5.14.3 Quando a varrição ou aplicação de jato de ar comprimido não for suficiente para remover todo material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

5.14.4 Para pavimentos novos de concreto, devem ser respeitados seu período de cura e



a remoção da película de cura (curing), para aplicação da sinalização do plástico a frio.

5.14.5 O plástico a frio apresenta compatibilidade com tintas de mesma natureza química, como tintas acrílicas ou metacrílicas à base de solvente, acrílicas à base de água ou plástico a frio.

5.15 Pré-marcação: Antes da aplicação da tinta deve ser feita a pré-marcação, seguindo-se rigorosamente as cotas do projeto. Na repintura é permitido o uso das faixas antigas como referencial, desde que não comprometa as cotas do projeto.

5.16 Retro refletividade: as medidas da retro refletividade das faixas de demarcação devem ser feitas no campo, utilizando retro refletômetro portátil. Valores mínimos estipulados pela contratante:

a) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor amarela deverá ser 150 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 ano deverá ser superior a 70 (mcd.lx-1.m-2);pb) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor branca deverá ser 250 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 ano deverá ser superior a 90 (mcd.lx-1.m-2).

5.16.1 Se os valores estiverem abaixo do especificado durante o prazo de garantia, a contratada deverá refazer o serviço de sinalização do projeto vistoriado na qual houve a constatação.

5.17 Cor: a avaliação da cor da demarcação deve ser feita através da comparação com uma plaqueta de referência ou utilizando-se um espectrômetro colorimétrico com geometria esférica d/8° ou direcional 45/0° e programa para cálculo CIE L*a*b*. Os valores deverão ser de acordo com as coordenadas cromáticas da Tabela 9.

5.18 Equipe Técnica: a fim de garantir a eficiência e agilidade na execução dos serviços, a empresa licitante deverá possuir capacidade para executar a obra em pelo menos 02 frentes de serviços com pelo menos 01 equipe completa para cada uma das frentes. Equipe completa é aquela formada por pelo menos 01 encarregado, 01 motorista e 03 ajudantes, além dos equipamentos descritos nesta especificação.

5.18.1 A empresa licitante deverá apresentar uma planilha com a descrição de cada equipe e seus respectivos equipamentos. A contratada poderá usar os mesmos equipamentos para as duas equipes, uma efetuará os serviços no período diurno e outra no período noturno.

5.19 Laudos dos Materiais

5.19.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 15.870:2016, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.



5.19.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

ITEM 05 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – Sinalização horizontal com plástico a frio, conforme NBR 15870:2016, tricomponente, Tipo I à base de resina metacrílica reativa, nas cores Vermelha, branca e/ou amarela, na espessura de 0,3mm a 1,2mm (aplicação mecânica).

1. OBJETIVO

Este documento especifica os requisitos para o fornecimento e a aplicação do plástico a frio para sinalização horizontal, à base de resinas metacrílicas reativas e agente endurecedor, com incorporação de agregados e microesferas de vidro tratadas, compatíveis com a espessura da camada.

2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação deste documento:

ABNT NBR 7396, Sinalização horizontal viária – Material para sinalização horizontal - Terminologia

ABNT NBR 15438, Sinalização horizontal viária – Tintas – Métodos de ensaio

ABNT NBR 15482, Sinalização horizontal viária – Termoplásticos – Métodos de ensaio

ABNT NBR 16184, Sinalização horizontal viária – Esferas e microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio

EN 1436, Road marking materials. Road marking performance for road users

EN 12802, Road marking materials, laboratory methods for identification

EN 53505, Shore A and Shore D hardness testing of rubbers

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições da ABNT NBR 7396 e os seguintes.

3.1 grãos abrasivos - partículas minerais angulares com dureza Mohs igual ou superior a 7,0, as quais, integrando o sistema, permitem aumentar sua resistência à derrapagem.

3.2 plástico a frio - material bicomponente ou tricomponente (componentes A, B e C) à base de resina reativa metacrílica, cargas minerais, pigmentos, aditivos e microesferas de vidro (somente no tipo IV).



3.3 componente A - resina metacrílica reativa, cargas minerais, pigmentos, aditivos e microesferas de vidro (somente no tipo IV).

3.4 componente B - agente endurecedor (catalisador).

3.5 componente C - resina metacrílica de menor reatividade, sem acelerados, cargas minerais, aditivos e pigmentos.

3.6 aplicação manual - aplicação de material plástico a frio através do uso de desempenadeiras, sapatas de arrasto, equipamentos tipo *plastomarker*, rolos, rodos ou pistola (dois bicos), para material acoplado ao equipamento de aspersão.

3.7 aplicação mecânica - aplicação de material plástico a frio através do uso de equipamentos mecânicos, para aplicação por extrusão ou aspersão, com controle para sistemas de bicomponente, e com reservatórios independentes para cada componente.

3.8 sistema 1:1 - mistura de 50 % do componente A com 50 % de mistura D, onde D é a mistura de 4 % de B e 96 % de C.

3.9 sistema 98:2 - mistura de 98 % do componente A com 2 % de componentes B.

3.10 ponto de orvalho - temperatura na qual ocorre a condensação dos vapores de água do ambiente sobre uma superfície, que é estimada mediante tábuas psicométricas, interpolando-se a umidade relativa do ambiente com a temperatura ambiente.

3.11 primer bicomponente - material bicomponente à base de resinas metacrílicas reativas para selamento de substratos de concreto.

3.12 primer monocomponente - material monocomponente à base de resinas metacrílicas, de mesma natureza, química do plástico a frio, para selamento de substratos de concreto.

4. CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL

Os plásticos a frio classificam-se como a seguir:

- a) tipo I: material tricomponente (componente A, B e C), sistema 1:1, isento de microesferas de vidro em sua composição;
- b) tipo II: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, isento de microesferas de vidro em sua composição;
- c) tipo III: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, de baixa viscosidade, podendo ter ou não grãos abrasivos incorporados em sua composição;
- d) tipo IV: material bicomponente (componente A e B), sistema 98:2, com microesferas de vidro incorporadas em sua composição.

5. REQUISITOS DOS MATERIAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



5.1 Os materiais plásticos a frio devem ser fornecidos em dois ou três componentes que, misturados em proporções corretas, após a cura, devem formar um produto sólido, mantendo a espessura úmida igual à espessura seca.

5.2 A resina metacrílica dos componentes A e C deve ser 100 % metacrílica reativa e livre de solventes. Misturas com outras resinas, líquidos ou solventes não são permitidas.

5.3 Para aplicação do plástico a frio sobre substratos de concretos novos, deve-se aplicar *primer* à base de resinas metacrílicas 100 % reativas de dois componentes, ou *primer* monocomponente à base de resinas metacrílicas.

5.4 Quando utilizados microesferas, esferas ou grãos abrasivos de vidro na forma de aspersão, estes materiais devem atender à ABNT NBR 16184.

5.5 Os componentes A, B e C devem apresentar-se homogêneos, isentos de endurecimento ou grumos.

5.6 No caso de sedimentação do(s) componente(s) (A, B e C) no recipiente, este(s) material(ais) deve(m) permitir sua perfeita homogeneização.

5.7 Após a mistura dos componentes, o plástico a frio deve apresentar-se homogêneo, isento de grumos e/ou endurecimento, com tempo inferior ao indicado pelo fabricante.

5.8 Requisitos Quantitativos e Qualitativos

5.8.1 Os ensaios quantitativos e qualitativos laboratoriais devem ser realizados à temperatura de 25° C, adicionando-se 2% em peso do componente B no componente A. Somente no plástico a frio TIPO I, o componente B deve ser adicionado ao componente C. O valor numérico encontrado deve estar dentro das faixas numéricas estipuladas nas Tabela 10.

Tabela 10 – Plástico a frio I

Requisitos de controle quantitativos	Componente A		Componente C		Componente A + C + B		Métodos de ensaio
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Determinação da massa específica (g/cm³)	1,60	1,80	1,60	1,80	X	X	ABNT NBR 15438
Cor	X	X	X	X	Conforme coordenadas cromáticas da Tabela 5		EN 1436
Viscosidade	85	100	85	100	X	X	ABNT NBR



Stormer, UK							15438
Estabilidade, variação DF e aparência	Isento de grumos, sedimentos				X	X	ABNT NBR 15438
Dureza shore D – Após 24 h, espessura 2 mm (aplicar 1 + 1 mm)	X	X	X	X	45	65	EN 53505
Requisitos de controle qualitativos							
Identificação da resina	Resina metil e butil metacrilato						EN 12802
Resistência à luz – 100 h	Manter – se dentro das coordenadas cromáticas (cor) da Tabela 5 (EN 1436)						ABNT NBR 15482

5.8.2 Os materiais (cores) devem estar dentro da área formada pelas coordenadas cromáticas da Tabela 11.

Tabela 11 – Coordenadas Cromáticas

Cor	1		2		3		4		Y %	
	x	y	x	y	x	y	x	y	Mínimo	Máximo
Branca	0,355	0,355	0,305	0,305	0,285	0,325	0,335	0,375	75	-
Amarela	0,443	0,399	0,545	0,455	0,465	0,535	0,389	0,431	40	55
Vermelha	0,480	0,320	0,500	0,280	0,580	0,300	0,560	0,375	10	25
Azul	0,180	0,260	0,220	0,200	0,250	0,200	0,260	0,280	5	15
Utilizar espectrofotômetro com geometria esférica d/8 ou direcional 45°/0° com iluminante D 65 e ângulo de observação de 10°.										

5.8.3 Os materiais para sinalização horizontal, com tinta a base de metil metacrilato bicomponentes, deverão ser aplicados com equipamentos adequados, formando película de espessura mínima de 2,0 mm, com alta resistência ao atrito e ótima aderência.

5.8.4 A fiscalização definirá os locais a serem inspecionados e, se necessário, realizará também o ensaio em campo da sinalização executada.

5.8.5 A tinta quando aplicada sobre superfície betuminosa, não deve apresentar sangria e nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.



5.8.6 A tinta aplicada, após a secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, e produzir película seca fosca e de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

5.8.7 Cada ensaio deverá ser executado imediatamente antes da liberação do tráfego e após uma variação para retirada do excesso de microesferas.

5.8.8 Deverão ser aspergidas microesferas de vidro Tipo II (DROP ON), na quantidade mínima de 300 g/m² (trezentos gramas por metro quadrado) de pintura realizada, seguindo as determinações da NBR ABNT 16.184.

5.9 Laudos dos Materiais

5.9.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 15.870:2016, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.

5.9.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

5.10 Requisitos para Aplicação

5.10.1 Sinalização de segurança: os serviços de execução de sinalização horizontal só podem ser iniciados após instalação de todos os elementos de segurança para uma sinalização de obra adequada para cada local de serviço. Os elementos devem atender às normas do Código de Trânsito Brasileiro.

5.10.2 Equipamentos de limpeza: devem ser constituídos por vassouras, escovas, compressoras para limpeza com jato de ar ou de água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

5.10.3 Equipamentos de aplicação: devem ser utilizados os seguintes equipamentos:

Sistema 1:1:

- a) Veículo de Transporte Manual (para áreas de difícil acesso) ou Auto propelido.
- b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.
- c) Equipamento com 2 Tanques Individuais (A e C).
- d) Tanque Pressurizado de Microesferas.
- e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.
- f) Sistema de Mistura: sistema de controle mecânico de vazão que garante o fluxo simultâneo da mesma quantidade de material nas duas bombas (A e C).
- g) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes na pistola (Resina+Catalisador).
- h) Pistola com Sistema Limpeza Contínua por meio de Ar Comprimido.
- i) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.



j) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.

l) Pistola que possibilite aplicação Manual.

Sistema 98.2:

a) Veículo Auto Propelido.

b) Acionamento de Bombas por Sistema Hidráulico.

c) Equipamento com 3 Tanques Individuais: MMA (resina), BPO (catalisador) e solvente (limpeza).

d) Tanque Pressurizado de Microesferas.

e) Equipamento de Alta Pressão, mínimo 3000 PSI.

f) Sistema de Mistura: controle do Tempo de Mistura, por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).

g) Sistema de Mistura: controle da Diferença de Pressão das Bombas (resina e catalisador), por meio de contador (visual) e sonoro (alarme).

h) Sistema de Mistura: ajuste da mistura (rateio) de 1,5% a 4%.

i) Sistema de Mistura: mistura interna dos componentes (Resina + Catalisador).

j) Acionamento Manual ou Automático das Pistolas.

h) Aplicação de faixas de 5 cm até 40 cm por meio de 1 pistola.

Outros Equipamentos Complementares:

- Agitadores/Hastes mecânicos para homogeneização da tinta.

- Sistemas limitadores de faixa.

- Dispositivos de segurança.

- Termômetro para quantificar a temperatura ambiente do pavimento, um higrômetro à umidade relativa do ar, trena e um medidor de espessura.

- Sistema eletrônico de controle de aplicação (opcional)

- Furadeira

- Lupa (opcional)

- Gerador de Energia (opcional)

- Gabaritos diversos e adequados para execução de setas, símbolos, letras, números e demais sinais gráficos conforme modelos dos Manuais do CONTRAN.

- Escovas, compressores para limpeza com jato de ar ou água, de forma a limpar e secar apropriadamente a superfície a ser demarcada.

- Ferramentas manuais diversas, necessárias à boa execução dos serviços.

5.11 Aparência

5.11.1 As cores do plástico a frio deverão ser: branco, amarelo, vermelho e azul.

5.11.2 O plástico a frio não deve modificar suas características ou deteriorarem-se



quando armazenada por um período mínimo de seis meses após a data de entrega.

5.11.3 Todo material plástico a frio deve assegurar qualidade e integridade de cor, mesmo sob constante ação de raios ultravioletas e intemperismo natural.

5.12 Odor e Toxicidade

5.12.1 O odor do plástico a frio não deve causar desconforto ao aplicador. Eventuais características de toxicidade devem ser claramente expressas na embalagem, de acordo com a legislação vigente.

5.13 Embalagem

5.13.1 O plástico a frio deve ser acondicionado, sendo o componente líquido em baldes de 25 quilos e o agente endurecedor em sacos plásticos, hermeticamente fechado correspondente a 2% do componente líquido, bem como em embalagens padronizadas, em que devem constar visivelmente:

- Componente Líquido:

- a) Cor do material.
- b) Nome de fabricante.
- c) Nome do produto.
- d) Componente líquido - Plástico a frio.
- e) Natureza química do produto.
- f) Número do lote de fabricação.
- g) Prazo de validade.
- h) Quantidade (kg).
- i) Data de fabricação.

- Componente Agente Endurecedor:

- a) Cor do material.
- b) Nome de fabricante.
- c) Nome do produto.
- d) Natureza química do produto.
- e) Número do lote de fabricação.
- f) Prazo de validade.
- g) Quantidade (kg).
- h) Data de fabricação.
- i) Número de lote.
- j) Estado físico.

5.13.2 A unidade de compra do plástico a frio é quilograma (kg).

5.13.3 Armazenamento e transporte: o plástico frio deverá ser armazenado em locais



ventilados, não diretamente no solo, longe de fontes de ignição e sob temperatura de 10°C a 35°C. O plástico a frio deverá ser transportado em veículos fechados.

5.14 Preparação do pavimento

5.14.1 O plástico a frio pode ser aplicado sobre a superfície de revestimento asfáltico ou de concreto de cimento Portland.

5.14.2 A superfície a ser demarcada deve se apresentar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material estranho que possa prejudicar a aderência do plástico a frio.

5.14.3 Quando a varrição ou aplicação de jato de ar comprimido não for suficiente para remover todo material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido.

5.14.4 Para pavimentos novos de concreto, devem ser respeitados seu período de cura e a remoção da película de cura (curing), para aplicação da sinalização do plástico a frio.

5.14.5 O plástico a frio apresenta compatibilidade com tintas de mesma natureza química, como tintas acrílicas ou metacrílicas à base de solvente, acrílicas à base de água ou plástico a frio.

5.15 Pré-marcação: Antes da aplicação da tinta deve ser feita a pré-marcação, seguindo-se rigorosamente as cotas do projeto. Na repintura é permitido o uso das faixas antigas como referencial, desde que não comprometa as cotas do projeto.

5.16 Retro refletividade: as medidas da retro refletividade das faixas de demarcação devem ser feitas no campo, utilizando retro refletômetro portátil. Valores mínimos estipulados pela contratante:

a) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor amarela deverá ser 150 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 ano deverá ser superior a 70 (mcd.lx-1.m-2);pb) O valor mínimo de retro refletância inicial na cor branca deverá ser 250 (mcd.lx-1.m-2) e após 72 horas da aplicação deverá manter o mínimo especificado. Após 01 ano deverá ser superior a 90 (mcd.lx-1.m-2).

5.16.1 Se os valores estiverem abaixo do especificado durante o prazo de garantia, a contratada deverá refazer o serviço de sinalização do projeto vistoriado na qual houve a constatação.

5.17 Cor: a avaliação da cor da demarcação deve ser feita através da comparação com uma plaqueta de referência ou utilizando-se um espectrômetro colorimétrico com geometria esférica d/8° ou direcional 45/0° e programa para cálculo CIE L*a*b*. Os valores deverão ser de acordo com as coordenadas cromáticas da Tabela 11.

5.18 Equipe Técnica: a fim de garantir a eficiência e agilidade na execução dos serviços,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

a empresa licitante deverá possuir capacidade para executar a obra em pelo menos 02 frentes de serviços com pelo menos 01 equipe completa para cada uma das frentes. Equipe completa é aquela formada por pelo menos 01 encarregado, 01 motorista e 03 ajudantes, além dos equipamentos descritos nesta especificação.

5.18.1 A empresa licitante deverá apresentar uma planilha com a descrição de cada equipe e seus respectivos equipamentos. A contratada poderá usar os mesmos equipamentos para as duas equipes, uma efetuará os serviços no período diurno e outra no período noturno.

5.19 Laudos dos Materiais

5.19.1 A fim de assegurar a qualidade dos materiais a serem aplicados, a empresa licitante deverá apresentar laudo em atendimento a norma ABNT NBR 15.870:2016, com validade máxima de 180 dias da abertura do processo.

5.19.2 O laudo técnico deve ser emitido por laboratório credenciado pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas e Inovação.

FERNANDO
WERNER:00898
089085

Assinado digitalmente por FERNANDO
WERNER:00898089085
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1,
OU=Presencial, OU=31331140000176, OU=AC
Synguard Multipia, CN=FERNANDO
WERNER:00898089085
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização:
Data: 2025.08.22 11:18:04-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CONFORME O MODELO DO DECRETO FEDERAL Nº 4.358/2002

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

Licitação nº

_____, inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a) _____, portador da carteira de
identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA,
para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Nome e assinatura do representante legal



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE
PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

_____ (nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 3.3.3. do Edital de Pregão Eletrônico nº _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**
() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
() **COOPERATIVA**, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que no ano-calendário de realização dessa licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.



ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, autorizado pelo processo Licitatório nº 031/2025, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/21, e nos termos das condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a licitante vencedora. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, estabelecido à Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

a) Constitui-se objeto do presente registro de preços a eventual contratação de empresa especializada para a execução dos serviços técnicos de sinalização horizontal viária no Município de Estrela/RS, com fornecimento de materiais certificados, mão de obra qualificada e equipamentos apropriados, compreendendo a aplicação de faixas de travessia de pedestres, linhas de bordo, legendas, setas direcionais, zebrações, retenções e demais dispositivos de orientação, advertência e regulamentação do tráfego urbano, conforme descrições e outras condições estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência**, a serem fornecidos conforme quantidades e qualidades estabelecidas a seguir:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor

b) o Lote é único.



1.3. Além das especificações elencadas no descritivo dos **itens 1.1.**, deverá o licitante observar as demais características técnicas estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência** do Edital e o anexo extra.

1.4. É facultado à Administração contratar as quantidades constantes no **item 1.1.** do Edital;

1.5.1. Se contratadas, as quantidades serão fornecidas pela detentora da ata mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto no Edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) O serviço licitado deverá ser fornecido em total consonância com as especificações descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** do Edital e seu anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a execução do serviço devidamente atestado pelo responsável, e entrega da nota fiscal no setor de contabilidade.

b) Em caso de o setor contábil verificar quaisquer divergências na Nota Fiscal apresentada, solicitará a sua substituição, correndo o prazo acima a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

c) Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.

d) A nota Fiscal deverá ser emitida conforme o Protocolo ICMS nº. 42, de 03 de julho de 2009, alterado pelo protocolo ICMS nº. 85, de 09 de julho de 2010.

e) A nota fiscal deverá ser faturada de acordo com a nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade do Município.

f) Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

a) Da Administração



a.1.) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e anexos.

a.2.) Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço através de servidor designado;

a.3.) Efetuar o pagamento na forma e prazo convencionados neste instrumento;

a.4.) Notificar a Contratada sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, exigindo sua reparação/substituição.

a.5.) Aplicar as sanções previstas no Edital vinculado, caso necessário.

a.6.) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

b) Da Detentora Da Ata

b.1.) Efetuar a execução do serviço em total consonância com as especificações, prazo e locais descritos no **ANEXO I – Termo de Referência** do Edital;

b.2.) Responder pelos eventuais vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

b.3.) Arcar com os tributos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre o objeto;

b.4.) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b.5.) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado.

b.6.) Assumir todas as despesas necessárias para a entrega do objeto nos locais indicados pela Secretaria Municipal.

b.7.) Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta.

b.8.) Substituir no prazo de 03 (três) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos em que se verificarem defeitos, quebras, vícios, adulterações ou incorreções.

b.9.) Fornecer todas as garantias técnicas legais, bem como a garantia mínima de 12 (doze) meses a partir do recebimento do objeto.

b.10.) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, inc. II da Lei nº14.133/2021 e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados.



b.11.) Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Município, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o Município autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a empresa contratada das sanções previstas no Contrato, Edital e seus anexos, até a completa indenização dos danos.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

a) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação dos quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

a.1) Em caso de prorrogação o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.

b) Durante o prazo de validade da ata, inexistirá obrigatoriedade, por parte da Administração Municipal, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

c) Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo registro o direito de cancelar a ata na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (NOTA DE EMPENHO)

a) Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitido instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho).

b) O adjudicatário será informado da instrumentalização da ata de registro de preços e, posteriormente, acerca da emissão do instrumento equivalente a indicar a necessidade de compra pela Administração.



b.1.) Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

b.2.) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

c) O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

c.1.) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida às disposições da legislação pertinente;

c.2.) A detentora da ata vincula-se a sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PROCEDIMENTO

a) A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

a.1) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores de serviço.

a.2) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a.2.1) Convocar o licitante vencedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

a.2.2) Frustrada a negociação, o licitante será liberado do compromisso assumido; e

a.2.3) Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

a.3) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



- a.3.1)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados **e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;** e
- a.3.2)** Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
- a.4)** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- b)** O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- c)** O licitante detentor da ata de registro de preços poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes da seguinte forma:
- c.1)** Via protocolo, realizar solicitação formal de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Órgão Gestor do Registro de Preços, onde demonstre as perdas por meio de planilhas de composição de custos, elaboradas quando da contratação e de aquisições atuais;
- c.2)** Anexar à solicitação notas fiscais comprobatórias do aumento de preços de materiais, insumos ou mão de obra, em nome e CNPJ da empresa efetivamente detentora da ata de registro de preços, além de outros documentos comprobatórios que se fizerem necessários, demonstrando de forma objetiva e explícita o desequilíbrio contratual da empresa contratada, restando comprovada a imprevisibilidade da alteração dos custos.
- d)** A recomposição de preços será realizada com base nos percentuais de aumento/redução dos custos, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento do objeto.
- e)** O Órgão Gestor do Registro de Preços poderá recusar a recomposição de preços nos casos de:
- e.1)** Ausência de quaisquer documentos e comprovantes elencados na *alínea “c”* e seus subitens, necessários à comprovação do desequilíbrio contratual;
- e.2)** Culpa, imperícia ou imprevidência do contratado pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento; aquisição do mesmo insumo ou material de fornecedores distintos; dentre outros);



- e.3) Ausência de elevação do custo do produto à empresa efetivamente detentora da ata;
- e.4) Ocorrência do evento antes da formulação das propostas;
- e.5) Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado.
- f) As negociações com os fornecedores serão feitas pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, contando-se eventual prazo a partir da data da ciência, recebimento ou publicação.
- g) O preço de mercado será obtido com base nos preços praticados pelas demais empresas participantes do Registro de Preços, podendo também ser obtido por meio de outros fornecedores, sites, jornais ou com base nos preços praticados por outras Prefeituras Municipais.
- h) O valor atualizado não poderá ser superior ao preço de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a) A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.
- b) A rescisão da ata pela Administração poderá ocorrer quando:
 - b.1.) A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
 - b.2.) A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
 - b.3.) A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
 - b.4.) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
 - b.5.) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
 - b.6.) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
 - b.7.) Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação;



- c) A rescisão da ata pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata;
- c.1.)** A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante pedido formal via protocolo, facultada à Administração a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
- d)** Quando da rescisão da ata pela Administração, a comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação;
- e) A Administração, a seu critério, poderá convocar pela ordem as demais licitantes classificadas para, mediante a sua concordância, assumirem a execução do objeto da ata.

CLÁUSULA NONA – DAS UNIDADES REQUISITANTES

- a) O objeto deste registro de preços poderá ser requisitado pelos seguintes Órgãos/Entidades:
- Gabinete do Vice-Prefeito;
- a.1.)** Gabinete da Prefeita;
- a.2.)** Gabinete do Vice-Prefeito;
- a.3.)** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agronegócio;
- a.4.)** Secretaria Municipal de Educação;
- a.5.)** Secretaria Municipal da Fazenda;
- a.6.)** Secretaria Municipal de Administração;
- a.7.)** Secretaria Municipal de Saúde;
- a.8.)** Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;
- a.9.)** Secretaria Municipal da Agricultura;
- a.10.)** Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;
- a.11.)** Secretaria Municipal de Cultura;
- a.12.)** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;



a.13.) Secretaria do Planejamento e Sustentabilidade;

a.14.) Secretaria Extraordinária da Habitação;

a.15.) Secretaria Extraordinária da Ciência, Trabalho, Tecnologia e Inovação.

b) Os órgãos e/ou as entidades que não participaram inicialmente do registro de preços poderão valer-se da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovada a vantagem. Estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que sejam indicados os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

b.1) Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

b.2) Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

CLÁUSULA DEZ - DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

a) As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

a.1.) As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.

a.1.2.) As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

a.1.3.) Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as partes comprometem-se a participar de procedimentos de *due diligence*/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.



- b)** As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- c)** As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/11 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.
- c.1.)** As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.
- d)** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.
- d.1.)** Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.
- d.2.)** Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.



- e)** As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).
- f)** Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.
- g)** Encerrada a vigência do ata de registro de preços as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.
- h)** Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.
- h.1.)** Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.
- i)** Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.
- i.1.)** Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.
- i.2.)** A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.
- i.3.)** A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.



CLÁUSULA ONZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a.1.)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- a.2.)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a.3.)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- a.4.)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- a.5.)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- a.6.)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- a.7.)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- a.8.)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- a.9.)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- a.10.)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a.11.)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- a.12.)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

b) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na *alínea “a”* as seguintes sanções:

- b.1.)** Advertência;
- b.2.)** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- b.3.)** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- b.4.)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



- b.5.)** As sanções previstas nas *alíneas* “b.1.”, “b.3.” e “b.4.” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na *alínea* “b.2”.
- c)** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Edital de origem.
- d)** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- e)** As sanções previstas nas *alíneas* “b.1.”, “b.3.” e “b.4.” poderão ser aplicadas cumulativamente com a previsão da *alínea* “b.2.”.
- f)** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Edital de origem.
- g)** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- h)** Para a aplicação das sanções, serão considerados:
- h.1.)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- h.2.)** As peculiaridades do caso concreto;
- h.3.)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- h.4.)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- h.5.)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- i)** A aplicação das sanções previstas na *alínea* “b” não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- j)** A sanção prevista na *alínea* “b.3.” será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas* “a.2.”, “a.3.”, “a.4.”, “a.5.”, “a.6.” e “a.7.”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.



k) A sanção prevista na *alínea “b.4.”* será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “a.8.”, “a.9.”, “a.10.”, “a.11.” e “a.12.”*, bem como pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “a.2”, “a.3.”, “a.4.”, “a.5.” e “a.6.”* que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na *alínea “h”* e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.

l) Na aplicação da sanção prevista na *alínea “b.2.”* será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

m) Para aplicação das sanções previstas na *alínea “b.3.” e “b.4.”*, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

n) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

o) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de Administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

p) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

p.1.) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

p.2.) Pagamento da multa;

p.3.) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

p.4.) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



p.5.) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

q) Constituem comportamentos que serão enquadrados na *alínea “a.4.”*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

q.1.) Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

q.2.) Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

q.3.) Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

q.4.) Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no Edital de licitação.

r) Constituem comportamentos que serão enquadrados na *alínea “a.5.”*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

r.1.) Deixar de atender a convocações do pregoeiro/agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

r.2.) Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo pregoeiro/agente de contratação;

r.3.) Abandonar o certame;

r.4.) Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

CLÁUSULA DOZE - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

a) Faz parte integrante desta ata de registro de preços, aplicando-se todos os seus dispositivos, o Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2025, com os termos aditados e a proposta da detentora da ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

b) O fornecedor deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação.

c) As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precederam serão dirimidas no Foro da Comarca de Estrela/RS, esgotadas as vias administrativas.



d) Para constar que foi lavrado a presente ata de registro de preços, que vai assinada pela Sra. Carine Isabel Schwingel, Prefeita de Estrela, e pelo Sr., qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Disposições Finais

Elegem as partes o Foro da Comarca de Estrela para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas da compra e seus desdobramentos.

E, por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Estrela, de de 2025.



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO INC. IV DO ART. 14 DA LEI Nº 14.133/21 E NO INC. XI DO ART. 18 DA LEI Nº 14.791/23

Licitação nº _____

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, sediada na _____, nº _____, município de _____, CEP _____, Estado _____, Fone (____) _____, neste ato representado pelo (a) Sr^(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, RG _____, CPF _____ residente e domiciliado na _____, no Município _____, Estado _____.

Declara para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade _____, nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Estrela/RS, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia, nem sócio em exercício de vereança. Na hipótese de não representar a realidade do que acima declaro, valerá como confissão de erro substancial à minha pessoa, considerando-me, portanto, como incluso no art. 299 do Código Penal (declaração falsa ou diversa do que deverá ser escrito, com o fim de criar obrigações).

Local e data

Nome e assinatura do representante legal